

A Mesquita Central Nacional e o Complexo Escolar “Attadamun”: a integração do ensino de árabe e da cultura islâmica na Guiné-Bissau

Saico Baldé INEP, Guiné-Bissau
saico.balde@gmail.com

Resumo

A ideia de integração do ensino de língua árabe e da cultura islâmica para a comunidade guineense que professa religião muçulmana é, no caso da Guiné-Bissau, quase tão antiga quanto a própria luta de libertação nacional. Todavia, muita embora o Comité de Estudantes do PAIGC em Língua Árabe tenha sido fundado em 1969 num encontro em Dakar presidido por Amílcar Cabral, que durante a sua longa intervenção lançou a ideia “da possibilidade de o ensino do Árabe ser introduzido nas escolas oficiais depois da independência do país”, destacando a necessidade de construir “escolas e institutos islâmicos na Guiné-Bissau independente e do tratamento igual que o Islão terá em pé de igualdade com as restantes religiões” praticadas na Guiné-Bissau, só em 30 de agosto de 1989 foi assinado o contrato de construção da Mesquita Central Nacional, que integra um Complexo Escolar, orçado inicialmente em 1,11 milhão de dólares.

Baseada num estudo de caso – o surgimento da ideia e construção da Mesquita Central Nacional e do Complexo Escolar “Attadamun”, bem como o modelo de funcionamento, aliado à nossa própria experiência de ter passado por este sistema de ensino –, esta comunicação pretende, por um lado, demonstrar a crescente importância das escolas corânicas e a dimensão sociocultural, e por outro, como a mudança de mentalidade e forma de gestão destas escolas pode facilitar a integração deste tipo de ensino no sistema educativo nacional.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Mesquita Central e Complexo Escolar “Attadamun”, sistema educativo

The Central Mosque and the Attadamun School Complex: An idea for integrating teaching of Arabic and Islamic culture in Guinea-Bissau

Abstract

The idea of integrating the teaching of Arabic and Islamic culture in the Muslim members of the Guinean community is almost as old as the national liberation struggle. The PAIGC Student Committee in Arabic was founded in Dakar in 1969 at a meeting chaired by Amílcar Cabral. In his long speech, he addressed “the possibility of the teaching of Arabic being introduced in state schools after independence” and highlighted the need to build “schools and Islamic institutions in independent Guinea-Bissau and equal treatment that Islam will have, on an equal footing with other religions”. It was, however, only in August 30 1989 that the contract was signed for construction of the national Central Mosque which includes a high school campus and was initially budgeted at \$1.11 million.

This paper is based on a case study – the emergence of the idea and construction of the National Central Mosque and Attadamun School Complex and their operating model, combined with our own experience of having gone through this school system. On the one hand, it aims to demonstrate the growing importance of Koranic schools and their socio-cultural dimension and on the other how a change of mentality and way of managing these schools can facilitate the inclusion of this type of education in the national system.

Keywords: Guinea-Bissau, the Central Mosque and Attadamun School Complex, education system

A ideia de integração do ensino de língua árabe e da cultura islâmica para a comunidade guineense que professa esta religião é tão antiga quanto a própria luta de libertação nacional. Foi a 20 de fevereiro de 1969, durante a reunião de um grupo de militantes e estudantes guineenses afetos ao PAIGC realizada na cidade de Dakar, capital do Senegal, que teve a honra de ser presidida por Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC.

Durante esta reunião foram discutidos vários assuntos relacionados com a luta de libertação nacional, a participação da comunidade muçulmana na mesma e o futuro do ensino de língua árabe e da cultura islâmica numa Guiné-Bissau independente.

Das decisões saídas desta reunião destacam-se a criação do Comité de Estudantes do PAIGC em Língua Árabe e a eleição do seu primeiro presidente, que recaiu na pessoa do Embaixador Calilo Baldé; encarregar à recém-criada organização a coordenação geral de todas atividades políticas, incluindo a mobilização dentro e fora do país da comunidade muçulmana no sentido de diminuir o mal-entendido entre esta e o PAIGC, bem como aumentar a sua contribuição para o esforço da luta para a independência.

Durante a sua longa intervenção, Amílcar Cabral lançou a ideia “da possibilidade de o ensino da língua Árabe ser introduzido nas escolas oficiais depois da independência do país”, destacando a necessidade de construir “escolas e institutos islâmicos na Guiné-Bissau independente e do tratamento igual que o Islão terá em pé de igualdade com as restantes religiões” (Ata, 1969) praticadas na Guiné-Bissau. Nascia assim a ideia de escolas de língua árabe e cultura islâmica na Guiné-Bissau.

Para provar a veracidade das suas palavras e do seu empenho, Cabral solicitou à recém-eleita direção do Comité de Estudantes do PAIGC em Língua Árabe que lhe apresentasse dois estudantes arabófonos que tivessem concluído a 4.^a classe para irem continuar os seus estudos no Egito. A escolha recaiu sobre o Dr. Tchernó Embaló, actualmente Major das Forças Armadas guineenses, e o falecido Mamadú Baldé, que desempenhou diversas funções na área da Segurança do Estado.

Aliás, é de salientar o papel desempenhado pelo Embaixador Calilo Baldé e seus colegas em todo o processo de evolução do ensino de língua árabe e de envio de estudantes guineenses para os países árabes, com destaque para a conceituada Universidade de Al-Azhar em Cairo, Egito.

Figura tão discreta quanto inteligente, o Embaixador Calilo é um homem culto e bem formado, com elevadas capacidades intelectuais, dinamismo e dedicação a causas públicas em geral, e da comunidade islâmica em particular. Durante a sua longa carreira político-diplomática desempenhou os cargos de Chefe do Departamento África, Ásia e Oceânia do MNE, Secretário Permanente da AI GB, membro do Comité Central do PAIGC e Presidente da Comissão Nacional para a peregrinação à Meca.

Estas qualidades fazem dele um político hábil e protagonista da maioria esmagadora de realizações socio-islâmicas no país a favor da referida comunidade, durante e depois da luta de libertação nacional, desde o seu ingresso nas fileiras do PAIGC, em 1967. Destas realizações podemos destacar as seguintes:

- Envio de dezenas estudantes arabófonos para o Egito, principalmente no período 1987-1991;
- Isenção de apresentação de diplomas aos bolseiros guineenses pela Universidade Al-Azhar (1979);
- Aumento do número de bolsas egípcias de 2 para 15, anualmente (1984);
- Vinda de professores egípcios para a Guiné-Bissau (1987);
- Abertura do “Bureau” da Agência dos Muçulmanos do Kuwait na Guiné-Bissau (1989);
- Construção da Grande Mesquita Central Nacional, no Bairro de Ajuda, cujo lançamento da primeira pedra teve lugar em 1989, entre muitas outras¹.

A relação do PAIGC com líderes muçulmanos

Desconhecida do grande público, o PAIGC mantinha uma ligação muito estreita com grande número de chefes religiosos muçulmanos durante a luta de libertação nacional nas três frentes (Sul, Norte e Leste) em que estava dividido o território nacional. Calilo Baldé, no que à Frente Sul diz respeito, afirma: “a maioria esmagadora dos chefes religiosos muçulmanos tomou parte activa na luta de libertação nacional” (Baldé, 2005), destacando algumas figuras como Aladje Sécuna Baió e Caramó Turé, entre outras.

Na Frente Norte, destacam-se figuras como Arafam Ibraima Seidi Coia, Sheik Tidjane Can, Aladje Fodé Mai Turé, Aladje Ansu Seidi ou Tchernó Adulai Baldé, apenas para citar alguns. Aliás, são do conhecimento geral as represálias exercidas pelo governo colonial sobre as populações destas áreas em geral, e na de Morés em particular e dos seus líderes, queimando aldeias inteiras, obrigando figuras como Arafam a refugiar-se na vizinha República do Senegal. Esta mudança pouco valeu a estas famílias deslocadas, pois foram perseguidas e as suas aldeias de refúgio foram várias vezes atacadas dentro do território senegalês, violando todas as normas internacionais e dos refugiados em particular.

Algumas das figuras mencionadas, como é o caso de Tchernó Adulai Baldé e de Tchernó Mamadú Baldé, morreram combatendo as tropas portuguesas, quando estas atacaram as suas aldeias. Mas foi a batalha de Samine, uma

¹ Declaração da Presidência de República de reconhecimento do serviço prestado à nação, 30 de abril de 1999.

aldeia senegalesa onde se refugiou Arafam, que ficou célebre dada a dureza dos combates entre os guerrilheiros do PAIGC e as forças especiais – os comandos africanos – que provocou muitas baixas nos dois lados.

Tal como nas duas frentes anteriores, no Leste o contato entre os independentistas e os líderes religiosos começou muito antes do início da luta armada. Entre estes líderes destacam-se Aladje Mamudo Seidi e seu filho Hamadu, Tchernó Adulai Sambaro Baldé e Tchernó Aliu Tcham. Este último filho de Aladje Ali Tcham, maior figura religiosa na região de Gabu no seu tempo. Perseguido não só pelo governo português, mas sobretudo pelo Régulo de Gabu “devido à fama de que gozava e pelas multidões que arrasava” (Baldé, 2005, p. 2), foi obrigado a abandonar o território guineense ainda antes do início da guerra.

Tudo isso é para dizer que o PAIGC deu sempre muita importância ao apoio da comunidade muçulmana. Aliás, este apoio fazia parte da guerra diplomática conduzida pelo partido junto dos países árabes e islâmicos.

Foi neste sentido que em 1972/73 “a Direção do Partido (PAIGC) enviou uma delegação que integrava os camaradas Aladje Sori Só e Ensa Djandi para tomarem parte na peregrinação à Meca em nome da Guiné-Bissau” (Baldé, 2004, p. 4). Este facto foi muito publicitado na altura, pois estes foram os primeiros a fazê-lo em nome do novo país.

No mesmo sentido, em 1974, poucas semanas antes do 25 de Abril, uma delegação do PAIGC constituída pelo Aladje Fodé Mai Turé, o Embaixador Lamine Haidará, o Comandante Mamadú Alfa Djaló e o Aladje Conhadje Seidi, todos muçulmanos, visitou países como Arábia Saudita, Koweit, Argélia e Emiratos Árabes Unidos, “cujo objectivo era explicar a posição do Partido em relação ao Islão e mobilizar recursos financeiros (...)” (Baldé, 2005, pp. 6-7) que permitissem cumprir os compromissos assumidos por Amílcar Cabral para com os chefes religiosos desde 1969, como foi dito anteriormente.

Período depois da independência

Depois da independência, o governo liderado por Luís Cabral, consciente da importância dos apoios financeiros dos países árabes, por um lado, e da necessidade de agradar a comunidade muçulmana, por outro, tentou, finalmente, cumprir a promessa feita por Amílcar Cabral aos líderes muçulmanos de construir um complexo escolar islâmico “de dimensão sub-regional”. Depois de muitos contatos com os países e organismos potenciais financiadores, principalmente com instituições dos países árabes, foi conseguido o dinheiro necessário. Seguiu-se o trabalho exploratório e de levantamento de dados que permitisse a escolha do local, levado a cabo por técnicos egípcios, financiado pelo governo de Koweit num valor de 500 mil dólares. A escolha recaiu no Bairro de Mbalocunda, na cidade de Gabu, leste do país. E o lançamento da primeira pedra da construção foi efetuado em 1976, pelo então presidente Luís Cabral.

No entanto, pouco tempo depois o projeto seria abandonado, sem que nunca houvesse uma explicação dos motivos. Apesar de não existir provas, segundo Baldé, há quem diga que “alguns dirigentes do PAIGC [principal-

mente mandingas e beafadas] não viam com agrado a localização deste Centro numa região [predominantemente fula] que, segundo eles, teve um fraco contributo na luta de libertação” (*ibid.*, p. 7). Assim, para estes, o complexo devia localizar-se na região de Oio, um bastião mandinga que teve uma participação significativa na luta.

O assunto só voltaria a entrar na agenda nacional por iniciativa do Embaixador Calilo Baldé, numa carta/proposta dirigida ao então Presidente de República, João Bernardo Vieira, em 30 de agosto de 1984, parte de cujo conteúdo se passa a reproduzir:

Camarada Presidente,

Na minha qualidade de um dos protagonistas das movimentações islamo-árabo-culturais desde 1967, ano em que tive primeiro contacto com o Camarada Amílcar Cabral, venho respeitosamente, com o intuito de acalmar os espíritos dos muçulmanos desiludidos por não verem concretizada a construção do tão falado Centro Islâmico de Gabu, sugerir ao Camarada Presidente que se digne pedir um financiamento a OCI (FIS) para a construção de uma Mesquita representativa em Bissau.

(..) Estou convencido de que o Fundo de Solidariedade da Organização da Conferência Islâmica estará pronto a financiar um projecto desta natureza.

Por outro lado, modestamente, gostaria de aproveitar esta oportunidade para lhe comunicar que sou da opinião de que se deve ver a possibilidade de criar uma entidade islâmica fora do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se ocuparia dos assuntos da Comunidade Muçulmana.

Camarada Presidente,

A meu ver, a existência de um Departamento dos Assuntos Islâmicos no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros é incompatível com a laicidade que reclamamos.

Mesmo Senegal, Mali, Guiné-Conakry e Gâmbia cujas maiorias das populações são muçulmanos, não têm direcções islâmicas nos seus Ministérios dos Negócios Estrangeiros.

É importante e pertinente informar aqui que o próprio Director Geral dos Assuntos Jurídicos, Consulares e Islâmicos Embaixador Dr. Lamine Haidará fez várias tentativas para a criação de uma entidade muçulmana fora do MNE.

É tudo, de momento, porém, o Camarada Presidente melhor decidirá.

Bissau, 30 de Agosto de 1984

Calilo Baldé

Caixa I. Carta/
proposta
dirigida ao então
Presidente de
República, João
Bernardo Vieira

É na sequência desta proposta que se iniciam as diligências que levariam à obtenção do financiamento necessário, seguido do pedido e posterior cedência do terreno para a construção da Mesquita.

Como seria de imaginar, a condução do processo não foi nada fácil, pois o espaço onde foi construída a Mesquita pertencia ao Ajuda Sport Clube de Bissau e era destinado à construção de um estádio de futebol para esta coletividade desportiva. Só depois da troca de várias correspondências entre o Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo, a Secretaria de Estado dos Desportos, a Associação Islâmica da Guiné-Bissau - AIGB, a Câmara Municipal de Bissau (CMB), o Ajuda Sport Clube de Bissau e, principalmente, da intervenção do Comandante Iafai Camará, um dos homens fortes da altura, vice-presidente do Conselho da Revolução e ministro da Defesa Nacional, que

o processo foi desbloqueado, culminando com a assinatura a 30 de agosto de 1989, em Bissau, do acordo de subvenção para a construção da Mesquita Central Nacional, com capacidade para albergar cerca de 5 mil fiéis, orçada inicialmente em 1,4 bilhões de XOF, cerca de 1,11 milhão de dólares (AIGB, 2000, p. 3).

Na mesma data de 30 agosto de 1989, foi assinado o contrato de execução de obras, entre o Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo em representação do governo da Guiné-Bissau e a empresa SAMBI (constituída por capitais guineenses e palestinianos), a Organização da Conferência Islâmica - OCI (entidade financiadora) e o Gabinete Malick Faye (fiscalizador das obras), tendo as obras iniciado a 15 de novembro de 1989 (Napoco, 1991, p. 5).

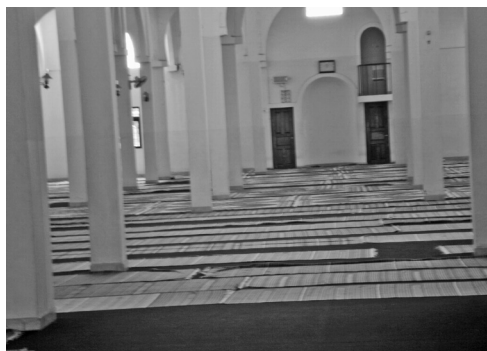


Foto I Imagem do Interior da Mesquita
Fonte: Foto do Autor

O conturbado processo de construção da Mesquita

Como tudo na Guiné-Bissau, o processo de construção da Mesquita Central Nacional e o Complexo Escolar “Attadamun” teve muitos problemas que causaram atrasos significativos. Aliás, para alguns, o projeto “nasceu torto”, revelando um amadorismo gritante para uma obra desta natureza, e ingerência dos governantes nos assuntos da mesma, entre outros problemas. Mas o mais grave talvez seja:

- a) Falta de dossier completo de execução (planta da implementação, projeto de engenharia com respetivas memórias, etc.);
- b) Alteração ao projeto inicial, principalmente nas fachadas e suas estruturas;
- c) Ampliação do projeto para obter mais espaço de cerca 8,6% da área global, efetuado pelo gabinete de fiscalização (a pedido do Presidente do fundo da OCI);
- d) Assinatura de outro contrato de fiscalização (em Djiddah, Arábia Saudita) no valor de 190 mil dólares, substituindo o anterior assinado em Bissau orçado apenas em 60 mil, etc., para não falar de atrasos verificados na execução da obra com consequentes desvios orçamentais.

Detetados os problemas, o MOPCU entendeu produzir um relatório (Napoco, 1991, p. 4), que posteriormente foi submetido para apreciação à 19.ª Conferência da Organização da Conferência Islâmica realizada no Cairo, Egito, de 31 de julho a 4 de agosto de 1990.

Depois de analisar o referido relatório, a OCI decide o envio para Bissau de uma delegação da organização a fim de solucionar os problemas apresentados. A primeira visita aconteceu em outubro de 1990, sendo a segunda no mês de fevereiro do ano seguinte. A missão de avaliação chegou às seguintes conclusões:

- Exigir ao Gabinete fiscalizador, Malick Faye, apresentar um dossier completo da execução das obras exigidas pelo Ministério das Obras Públicas guineense;
- Falta de organização e de pessoal qualificado demonstrada pela empresa SAMBI, responsável pela construção da Mesquita, que demonstra

- falta de liquidez e de material;
- Desvio de 136 mil dólares, cujo paradeiro era desconhecido;
- Falta de cumprimento por parte do Estado da Guiné-Bissau do pagamento da sua cota parte de financiamento, entre outros problemas.

Por isso as delegações recomendaram para uma consideração superior:

- Rescisão do contrato com a empresa construtora, como a mais viável alternativa, embora estarem cientes das seguintes consequências desta decisão, entre as quais se destacava:
 - Dificuldade de recuperar o dinheiro desaparecido;
 - Elevação considerável do custo das obras que resulta da nova adjudicação;
 - Possível surgimento de questões políticas (mal-estar) entre as partes (Guiné-Bissau, através da comunidade muçulmana, a OLP que tem desempenhado um papel fundamental e a OCI, financiadora do projeto); e, finalmente,
 - Como alternativa manter a empresa SAMBI, mas com a condição de esta encontrar um parceiro local para formar um consórcio capaz de levar a cabo as obras.

Esta última proposta acabou por vingar (Napoco, 1991).

Inauguração da Mesquita Central

Terminada as obras, mais uma vez aquilo que parecia a tarefa mais fácil, a inauguração do espaço para a utilização do público, foi transformado numa luta de influências étnicas e políticas, pois cada comunidade queria que o imame fosse um dos seus, facto que mais uma vez fez arrastar as coisas para discussões intermináveis.

Deste modo, sem que nada o pudesse prever, foi, mais uma vez, a decisão política do Governo a prevalecer. Verificando o desentendimento existente no seio da comunidade muçulmana, aproveitou a visita oficial do Presidente da República de Gâmbia para inaugurar o espaço. E com data 11 de junho de 2008, três dias após a inauguração a Presidência da República, através do seu Secretário-geral, DOMINGOS Semedo, informa a comunidade muçulmana e seus representantes deste facto, numa carta cujo conteúdo se passa a reproduzir na íntegra.

Assunto: Inauguração da Mesquita Central

Na sequência da visita de Estado à República da Guiné-Bissau de Sua Excelência Dr. Yaya A. J. Jammeh, Presidente da República de Gâmbia, é intenção do Governo que este ilustre hóspede proceda à inauguração da Mesquita Central sita no Bairro de Ajuda em Bissau cuja construção foi financiada pelo Fundo de Solidariedade do Koweit.

Assim sendo agradecemos que fossem encetadas diligências apropriadas com vista à consecução deste desiderato, já na sexta-feira, dia 13/06/08 pelas 13.15h.

Certos da habitual colaboração de sempre, aproveitamos esta ocasião para apresentar os protestos de elevada consideração, na esperança de que este evento muito importante para o Governo da Guiné-Bissau seja realizado na data indicada.

Bissau, 11 de Junho de 2008.

DOMINGOS Semedo

Secretário-Geral

Caixa II.

Carta de intenção de inauguração da Mesquita Central

Apesar das nossas sucessivas tentativas de ouvir as opiniões de outras figuras que estiveram na disputa sobre como deveria funcionar a Mesquita, não foi possível obtê-las, pelo que se optou pela reprodução da proposta do Embaixador Calilo Baldé (16 de abril de 2004) sobre as condições necessárias para desempenhar a função de Imame da Mesquita, que nos parece muito equilibrada.

Caixa III.

Sugestão do Embaixador Calilo Baldé sobre o perfil do Imam da Mesquita

Sugestão para o perfil do Imame da Mesquita

Formação ou nível superior em Língua Árabe e, com domínio perfeito de crioulo, como língua de comunicação entre diferentes etnias que compõem a comunidade muçulmana. A nosso ver, no referido concurso poderiam tomar parte todos os interessados sejam diplomados ou não diplomados desde que reúnam condições intelectuais para tal.

Importa realçar que as características acabadas de citar dignificam e prestigiam a Mesquita em particular, e o país em geral, que passaria a ser palco onde serão recebidas delegações oficiais Árabes e Muçulmanas.

Complexo Escolar

O Complexo Escolar “Attadamun”, que em árabe significa solidariedade, faz parte da Mesquita Central desde o início do projeto e foi concebido como um Centro de Estudos Islâmicos. E, como se referiu anteriormente, a ideia é antiga, mas teve como principais impulsionadores do lado guineense, o Embaixador Calilo Baldé, na qualidade de Chefe do Departamento África, Ásia e Oceânia do Ministério de Negócios Estrangeiros, Secretário Permanente da Associação Islâmica de Guiné-Bissau - AI-GB, que, depois de fracassada a construção do Complexo de Gabu, teve o mérito de fazer renascer a ideia, agora para a capital, anulando deste modo o principal argumento da sua localização nas “terras fulas”. O outro foi o Sheikh Naser Az-Zady, membro da direção da OCI - Organização da Conferência Islâmica, que durante anos foi visitando a Guiné-Bissau.

Estes dois homens, usando dos seus conhecimentos e dos respetivos cargos, juntaram as vontades e esforços para junto do Fundo de Solidariedade Islâmica da Organização da Conferência Islâmica e da Agência Islâmica de Kuwait conseguir os fundos necessários para materializar o projeto.

Dotado de 24 salas de aulas entre as quais 8 para ensino pré-secundário (5.ª e 6.ª classe) e 16 para o ensino secundário, e de 4 laboratórios, a escola foi inaugurada no ano letivo 2005/6. No ano letivo 2010/11 contava com cerca de 1000 alunos divididos em dois ciclos:

- Preparatório (5.ª e 6.ª classe) e
- Secundário (da 7.ª classe ao 12.º ano).

O período letivo estava dividido em três turnos:

- O primeiro turno funciona das 7h de manhã às 11:30 horas;
- O segundo turno das 11:40 às 15:30 horas;
- O terceiro das 15:40 às 19:30 horas.

No entanto, com as mudanças levadas a cabo pela nova administração do Centro, a partir do corrente ano letivo, o período letivo foi reestrutur-



Foto II.
Vista do Complexo Escolar
"Attadamun"
Fonte: Foto do Autor

do, passando dos três turnos do ano passado para apenas dois, que funcionam com o seguinte horário:

- O primeiro turno das 8 às 12:30 horas;
- O segundo das 14:30 às 20 horas.

Segundo a nova administração, estão a planear adotar futuramente um período único, à semelhança do verificado na generalidade dos países vizinhos.

No ano letivo 2010/11 a escola contava com 43 professores fornecidos e pagos pelo Ministério da Educação Nacional, tendo cada docente um subsídio complementar de 20 mil XOF para os professores do ensino pré-secundário (cerca de 35% do salário base de 57.000 XOF para esta categoria, um pouco mais de 86€) e 25 mil francos (mais de 33% do salário base de 75.000 XOF – cerca de 115€) para os professores de ensino secundário, pagos pela Agência de Kuwait. Este suplemento faz da escola uma das mais concorridas, e deste modo, consegue recrutar geralmente bons professores.

O calendário e os programas são definidos pelo Ministério da Educação Nacional, sendo a qualidade do ensino ministrado controlada pelos inspetores do ministério, que fazem visitas regulares ao Centro.

Todos os alunos do Centro pagam uma propina mensal, sendo a tabela da mesma dividida da seguinte forma:

- 5.^a e 6.^a Classe – 3 mil Francos mensais;
- 7.^a, 8.^a e 9.^a Classe – 5 mil Francos mensais;
- 10.^a à 12.^a Classe – 7 mil Francos mensais.

É de salientar que a escola está aberta a toda a comunidade (muçulmana e não muçulmana). Aliás, segundo um dos seus responsáveis, os não muçulmanos são os que mais demonstram interesse em aprender a língua árabe.

Modelo de gestão

O modelo de gestão e do tipo de ensino a ministrar no Complexo foi motivo de divergência entre a Associação Islâmica da Guiné-Bissau - AIGB por um lado, e a Agência dos Muçulmanos para África - AMA-Koweit e o Ministério da Educação Nacional e do Ensino Superior - MENES, por outro. Os primeiros defendiam apenas o ensino religioso e em árabe, como ficou demonstrado numa carta que a AIGB dirigiu à Agência dos Muçulmanos para África - AMA-Koweit a 28 de setembro de 2006, onde a certa altura dizia:

“A Direcção da AIGB, como dono legítimo do Terreno em que foi construída a Mesquita a seu pedido, e para servir a Comunidade Muçulmana Nacional, tomou conheci-



Foto III

Sala de Aulas em funcionamento
Fonte: Foto do Autor

Caixa IV.

Carta da AIGB à ama sobre o modelo de funcionamento do Complexo

mento informalmente de que AMA-Koweit pretende utilizar as instalações escolares do complexo em causa para funcionar um Liceu clássico com programas em português tendo o árabe como mera opção.

Ora, o nosso entendimento é completamente diferente, pois para nós, o objectivo destas infra-estruturas é o de promover a educação das crianças guineenses em cultura islâmica com programas essencialmente concebidos em árabe conforme é usual em todos Países da OCI, organização financiadora de todas as obras do referido complexo.

Certos de que os objectivos para os quais a AMA-Koweit trabalha não são diferentes dos nossos, solicitamos um encontro entre a Direcção da AIGB e a AMA-Koweit (...)

Enquanto os segundos defendiam e bem, a nosso ver, a utilização do currículo escolar estabelecido pelo governo, à semelhança do modelo já aplicado no Centro Al-Khurafi, uma escola básica construída e gerida pela AMA.

Esta ideia fora adotada numa reunião realizada a 2 de agosto de 2006, entre as delegações do MENES e AMA-Koweit, donde saíram, entre outras, as seguintes decisões:

Caixa V.

Acordo entre as delegações do MENES e a AMA

Após a explanação da delegação da AMA seguida de discussões e apresentações de pontos de vista sobre os diferentes assuntos apresentados, a Delegação do MENES deixou as seguintes orientações:

- Renovação da autorização cedida pelo MENES referente à Escola Básica “AL-KHURAFI” sita no Centro “AL-KHURAFI” de Bissau.
- Autorização para o Centro Escolar de Mansaba.
- Autorização para o Centro Secundário “ATTADAMUN” sito no Bairro de Ajuda.
- Seguir o Curriculum Escolar estabelecido pelo Governo não obstante a sua autonomia de introduzir algumas disciplinas, designadamente a Língua Árabe e Cultura religiosa (islâmica).
- Encetar contactos constantes com a inspecção-geral do MENES e a Direcção-geral do Ensino Básico e Secundário, para o desenvolvimento mais adequado das suas actividades.
- Iniciar desde já as matrículas para o ano escolar 2006/2007, a fim de poder cumprir cabalmente o calendário a ser estabelecido. E mais tarde informar ao MENES o número de alunos matriculados e o número de professores precisados.
- Enviar no início e no fim de cada ano lectivo o mapa estatístico que será publicado no Anuário do MENES.

Aliás, as ideias defendidas pela AMA faziam parte das recomendações recebidas da OCI, numa carta que esta organização enviara ao Secretário-Geral da Agência dos Muçulmanos de África, Dr. Abdurrahmane al-Sumait, a 7 de junho de 1995.

Um dos poucos aspetos que diferencia o Centro das escolas ditas normais é o facto de os dois Imãs da Mesquita, o Sheikh Amadu Ury e o Sheikh Bodjam, para além da condução das orações na Mesquita, desempenham funções de professores na escola. O primeiro leciona Língua Árabe, enquanto o segundo é responsável pela cadeira de Cultura Islâmica, as únicas disciplinas introduzidas pelo Centro.

Estes dois senhores são funcionários pagos pela Agência do Kuwait pelos seus serviços sacerdotais e como professores no Centro.

Balanço e ideias finais

Segundo o diretor da escola, o balanço geral dos cinco anos de funcionamento do Centro é positivo, no entanto aponta algumas deficiências no funcionamento, dando como exemplo a falta de um gabinete específico para a direção da escola, a degradação das instalações e a falta de fornecimento de energia elétrica que acaba por afetar o terceiro turno, já que muitas vezes o último tempo decorre sem luz natural.

O mau funcionamento dos geradores e de outras coisas que se verificam no Centro é fruto de ausência da Agência ou falta de comunicação entre esta e o Centro, refere o Sheikh Amadu Ury, que aponta a inexistência de uma biblioteca digna deste nome no complexo.

Outra falha apontada à Agência do Kuwait é a sua recusa em aceitar a participação de outras agências similares ou outros doadores no financiamento do Centro, dando como exemplo a possibilidade de compra de viatura mortuária e de construção de uma casa mortuária junto da Mesquita, disponibilizada por outras entidades ou até por particulares, como é o caso da Associação dos Vendedores do Mercado de Bandim.

No futuro a Agência do Kuwait pretende transferir-se das suas atuais instalações para as do Centro, transformando estas num Centro de Saúde gerido pela agência.

A outra ideia que está em consideração é a possibilidade de construir uma universidade do lado direito da Mesquita. Mas para que todas as ideias inovadoras venham a ser executadas com sucesso e eficácia, o responsável recomenda a total separação entre a Mesquita e o Centro.

Para alguém que foi testemunha como *talibé*, primeiro em casa, dada a posição que a família ocupava neste sistema de ensino tradicional, seguida da experiência nas ruas de Dakar e Saint-Louis, para depois terminar o penoso curso nos campos de amendoim de Marsassoum, Casamança, no sul do Senegal, experimentando todas as condições, qualquer experiência que consiga melhorar a educação das crianças em geral, e ao mesmo tempo minimizar o seu sofrimento, é simplesmente de louvar.

Se é verdade que nos últimos tempos a temática das crianças *talibés* tem vindo a ganhar visibilidade, onde numerosas organizações têm vindo a realizar um trabalho notável, como é o caso da WorldVision, uma ONG canadiana que desde

1986 construiu no Senegal 186 salas de aulas e 359 centros de alfabetização, permitindo alfabetizar 43 mil estudantes, e concedeu microcrédito a cerca de 16 500 famílias para ajudar as crianças, sendo mais de 76 mil as famílias treinadas sob o lema “*One household, one ‘talibé’*”, no caso da Guiné-Bissau, salvo raras exceções, a abordagem utilizada neste combate parece-nos no mínimo discutível. Muitas delas preocupam-se com a sua autopromoção ao invés de ajudar realmente as crianças necessitadas. E quando tentam fazê-lo, geralmente a tendência é hostilizar a sociedade tradicional em geral, e os pais em particular, o que leva as suas iniciativas ao fracasso, pois será difícil fazer prevalecer os direitos das crianças pondo em confrontos ativistas e famílias.

Para nós, está claro que não podemos ajudar as crianças sem ter os pais como parceiros ou simplesmente prender, julgar e condenar como em tempos foi defendido por um governante guineense. É importante denunciar, julgar e punir os responsáveis de crimes, alguns dos quais praticados por mestres que aproveitam a fragilidade das crianças obrigando-as a mendigar e fazem disso o seu modo de vida. No entanto, esquecer as condições socioculturais e históricas em que este sistema surgiu e se desenvolveu é ignorar o ponto fulcral da situação.

Por outro lado, não se pode, nem se deve, na nossa opinião, tirar as crianças do velho sistema de ensino, sem ter uma alternativa. E para isso o Estado não pode continuar a ignorar a sua responsabilidade de educar as crianças, todas as crianças independentemente do lugar em que vivem e a religião que professam. E nesta tarefa o Estado tem que ser criativo, flexível para utilizar os seus múltiplos canais para encontrar parceiros como foi neste caso, o Fundo da Solidariedade Islâmica da OCI que financiou o projeto e a Agência dos Muçulmanos de África que está a geri-lo. A experiência pode e deve ser melhorada, mas parece não restar grandes dúvidas que este é um dos melhores caminhos para educar as crianças muçulmanas.

Referências

- Ata. (1969, 20 de fevereiro). *Ata de reunião da fundação do Comité de Estudantes do paigc em Língua Árabe*.
- AIGB. (2000). *Relatório síntese sobre as atividades da Associação Islâmica da Guiné-Bissau arbitrariamente deposta (1987-1998)*.
- Baldé, C. (2004). *Informação/proposta sobre representatividade da comunidade muçulmana nacional* (policopiado).
- Baldé, C. (2005). *Breve historial sobre o surgimento da ideia de construção da Mesquita Central do Bairro de Ajuda em Bissau* (policopiado).
- Napoco, A. (1991). *Construção da Grande Mesquita - Breve historial*. Bissau: Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo.